

FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ.
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.
SIGNORELLI – INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUPERVISÃO ESCOLAR

O TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR.

A IMPORTÂNCIA DO SUPERVISOR ESCOLAR E DO COORDENADOR
PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA REGULAR E DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

MARIANA LOPES DA SILVA

RIO DE JANEIRO

JANEIRO, 2009.

FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ.
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.
SIGNORELLI – INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUPERVISÃO ESCOLAR

O TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR.

MARIANA LOPES DA SILVA

Trabalho monográfico apresentado como requisito parcial para obtenção do Grau de Especialista em Supervisão Escolar da Faculdades Integradas de Jacarepaguá.

Orientador: Prof^a: Renata Gomes Vasconcellos

RIO DE JANEIRO

JANEIRO, 2009.

Mariana Lopes da Silva

O TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR.

Monografia apresentada junto ao curso de especialização em supervisão escolar da Faculdades Integradas de Jacarepaguá, como requisito parcial na obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof^a Renata Gomes Vasconcellos.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Rio de janeiro, 17 de janeiro de 2009.

**Dedico este trabalho para todos que estiveram
ao meu lado durante o processo de construção
do mesmo e a todos que se dedicam à tarefa de
EDUCAR.**

“Nenhum homem é uma ilha, um todo, completo em si mesmo; todo homem é um pedaço de continente, uma parte do conjunto”.

John Donne (1624)

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	07
RESUMO	11
JUSTIFICATIVA	12
1- A SUPERVISÃO AO LONGO DA HISTÓRIA ATÉ OS DIAS ATUAIS	13
2 – O TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR	26
2.1 – O PROJETO PEDAGÓGICO	26
2.2 – PLANEJAMENTO	28
2.3 – CURRÍCULO	29
2.4 – AVALIAÇÃO	33
2.5 – APOIO PEDAGÓGICO	36
CONCLUSÃO	39
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	42

Introdução:

O que faz um supervisor escolar ou pedagógico ou coordenador pedagógico nas escolas de educação básica? Qual a sua historicidade? Como surge? Qual sua real função?

A supervisão surge, no âmbito escolar no século XIX, tinha a nomenclatura supervisão escolar e sua principal função era verificar as atividades docentes. Já no final do referido século início do século XX “a supervisão passou a preocupar-se com o estabelecimento de padrões de comportamento bem definidos e de critérios de aferição do rendimento escolar, visando à eficiência do ensino” (Rangel, 2001). Em 1930 a função passa a assumir um caráter de liderança, com esforço cooperativo para o alcance dos objetivos e valorização dos processos de grupo na tomada de decisões.

Somente em 1960 a ação supervisora direcionou-se para o currículo e a pesquisa passou a ter a função da busca de soluções para os problemas que diminuían a qualidade do ensino.

Hoje, o papel do supervisor na escola é o de articular o Projeto Político-Pedagógico, com os campos administrativos (direção da escola e secretária de educação) e a comunidade escolar (alunos, professores, pais e moradores das proximidades), sendo o líder, promovendo mudanças, dinamizando o trabalho do

grupo, motivando seu grupo para além da sala de aula, tornando seu grupo pesquisadores da sua realidade e dos conhecimentos pedagógico.

O foco da atenção do supervisor no trabalho de formação é tanto individual quanto coletivo, para contribuir com o aperfeiçoamento profissional de cada professor e ao mesmo tempo ajudar a constituir-los enquanto grupos.

Sua função é mediar a relação professor/aluno no processo de ensino-aprendizagem, acolher o professor em sua realidade, criticar os acontecimentos, instigando a compreensão própria da participação do professor em questões educacionais, trabalhar acima da ideia de processo de transformação, buscar caminhos alternativos, acompanhar a caminhada coletivamente.

A ação supervisora está fundamentada em três dimensões básicas: atitudinal, procedimental e conceitual. A dimensão atitudinal está ligada a um valor, a ética, a moral, a todos os valores de uma prática. Uma atitude crítica requer não ficar preso à manifestação primeira. A totalidade é importante na apreensão dos fenômenos já que se procuram perceber as múltiplas relações, as várias partes envolvidas bem como seus nexos e conexões; ter a visão complexa, não se fixar apenas em um ponto, é preciso conhecer as partes para compreender o todo. Para entender o que acontece no presente é preciso estudar o passado. A historicidade nos ajuda a compreender o movimento da história bem como chegamos a tal problema. A história do profissional, do grupo e da instituição nos ajudará a perceber o que acontece no presente, possibilitando uma aproximação mais adequada à realidade. A sensibilidade é uma das grandes virtudes da função

supervisora, a capacidade perceber o outro, reconhecer seu potencial, valor, características, as diferenças entre os atores, evitar generalizações, dar leveza ao trabalho de formação, além disso, ainda passar confiança, conquistar a confiança de todos não se utilizando autoritarismo, mas buscando construir um relacionamento baseado na confiança, através de atitudes concretas no cotidiano do trabalho. O supervisor tem o trabalho de construir uma prática pedagógica transformadora, humanista, libertadora, livre, solidária e justa.

Outro campo de formação e domínio está relacionado com o saber-fazer, com encontrar caminhos para concretizar aquilo que se buscam, métodos, técnicas, procedimentos, habilidades, esta é a dimensão procedimental.

O supervisor pode usar como referência para o seu trabalho algumas ajudas que são as categorias de intervenção, sustentação e as estratégias complementares de trabalho.

Dentro da categoria de intervenção estão a práxis que é a transformação das idéias em ações concretas; o método é essencial para construção de uma prática que visa à qualificação da ação mediadora do supervisor junto ao professor, tendo compreensão da realidade, clareza de objetivos, estabelecendo-se um plano de ação, agindo de acordo com o planejado e avaliando a sua prática. O supervisor precisa preocupar-se em legitimar as falas, as perguntas, as dúvidas incentivando os professores a reavaliarem o sentido da sua prática; o diálogo precisa ser aberto e ter o PPP sempre como referência; e a significação

onde a supervisão tem um papel muito importante na direção de resgatar o valor e o sentido do ensino como espaço de transformação.

Dentre as categorias de sustentação temos a ética, que implica no sujeito assumir responsabilidades por seus atos, querer o bem, não prejudicar o outro; a falta de ética e transparência entre os membros do grupo podem fazer naufragar as tentativas de mudanças; visão do processo, para se concretizar um processo é preciso basear-se em toda uma concepção metodológica de trabalho e intervenção na realidade, com conscientização; avaliação, quando não é mera classificação para a exclusão, é um fator de revitalização pessoal e Institucional e ajuda na reflexão sobre aspectos nos quais é preciso melhorar e a encarar o erro como uma oportunidade de aprendizagem; participação onde cabe ao supervisor procurar realizar a construção da proposta pedagógica da forma mais participativa possível, tendo proposta de educação, concepção de planejamento, objetivos, conteúdos, metodologia, próprios e defendendo eles através da diretividade interativa, ou seja, levar em consideração as posições dos outros, estarem aberta, firme, com respeito e determinação.

O eixo central do trabalho do supervisor é a qualificação do processo de ensino como forma de possibilitar a efetiva aprendizagem por parte de todos, então, algumas praticas empíricas que objetivam renovar a pratica educativa podem ser utilizadas como estratégias complementares de trabalho entre elas podemos citar a interação com os docentes, a visão estratégica e atualizada e a redução do caráter burocrático ao mínimo.

Por todas essas funções o trabalho do supervisor, torna-se essencial para o bom funcionamento do espaço escolar.

Resumo:

Em linhas gerais podemos dizer que o trabalho do supervisor escolar é o de apoiador do trabalho pedagógico, ou seja, auxiliador de todas as atividades que envolvam o processo de ensino-aprendizagem, sempre visando o melhoramento do planejamento, da coordenação e da execução do trabalho de sala de aula, para que a comunidade escolar possa ser atendida na sua plenitude.

Justificativa:

O trabalho tem por finalidade abordar os aspectos históricos e atuais da supervisão escolar, observando a importância do trabalho do profissional dentro do espaço escolar na busca de uma melhor qualidade de ensino, sempre atento às necessidades locais e globais da sociedade em que está inserida a escola.

CAPITULO 1 - A SUPERVISÃO AO LONGO DA HISTÓRIA ATÉ OS DIAS ATUAIS.

O conceito de supervisão surge ainda no início da industrialização e tinha como objetivo melhorar a qualidade e a quantidade da produção. Tal idéia foi absorvida pela educação aproximadamente no final do século XVIII, onde era “voltada primordialmente para a verificação das atividades docentes” (Alfonso et al.1975). Já no final do século XIX a preocupação supervisão escolar volta-se para a análise de comportamentos padrões e critério de medição do rendimento escolar, com foco na eficiência do ensino.

No começo do século XX verificou-se o uso dos conhecimentos científicos na e para a melhoria do ensino, com tal acontecimento a supervisão passa a ser o meio de transmissão para tais conhecimentos. A partir de 1925 houve uma tendência de introduzir princípios democráticos a educação, fazendo do supervisor um líder democrático, além da grande influencia das ciências comportamentais. Em 1930 a profissão passa a assumir uma posição de liderança e em 1960 as ações voltou-se para o currículo.

No Brasil a função de supervisor na escola, surgiu com a reforma Francisco Campos através do Decreto-Lei 19.890 de 18/04/1931, mas a função neste momento não tinha o mesmo sentido que já citado, nesse o trabalho do supervisor era ser fiscal do trabalho docente como era no início da industrialização na Inglaterra e tinha a nomenclatura de inspetor escolar.

Em 1942 na Lei Orgânica do ensino secundário, sancionada pelo Decreto-Lei 4.244 de abril desse ano, que em seu artigo 75 no 1º parágrafo diz que “A inspeção far-se-á, não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica” especificando o trabalho do inspetor escolar.

Na década 1950 a inspeção escolar passa a assumir a denominação de supervisão escolar, fruto da aliança política entre Brasil e Estados Unidos, a função passa a trabalhar para garantir a efetivação de uma política desenvolvimentista iniciada por Juscelino Kubtschek. Anteriormente em 1953 foi criada a campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades) que pretendia melhorar a qualidade do ensino, através de treinamento de recursos humanos, inspetores escolares, oferecendo ajuda pecuniária para a formação e fundamentação de seu trabalho na escola, dando ênfase ao caráter pedagógico da profissão.

O primeiro grupo de supervisores formados para atuar no ensino elementar (fundamental - séries iniciais) teve como modelo de preparo o Americano, pois tal formação aconteceu pelo programa Pabaee (Programa Americano-Brasileiro de assistência ao ensino elementar) e o supervisor tinha como foco a modernização do ensino e o preparo dos professores leigos, com uma formação tecnicista dos métodos e técnicas de ensino. Tal programa expandiu-se pelo Brasil entre 1957 e 1963.

Com a promulgação da lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a supervisão aparece no artigo 51 como uma formação, para atuar no ensino primário, feita no ensino normal, esse artigo enfatiza ainda que nesse nível de ensino haveria a formação de professores, orientadores e administradores escolares:

O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relacionados à educação da infância.

Com o início da ditadura no Brasil, pós-64, a educação passa a ser assunto de interesse econômico e de segurança nacional, neste contexto a supervisão exerce a função de controladora da qualidade de ensino e criadora de condições e meios para promover sua real melhoria, ao mesmo tempo em que se passa a exigir a formação em nível superior para tal função.

A partir de 1968 tal formação passa a ser feita em curso de graduação de pedagogia que ganha além da habilitação em supervisão educacional, às habilitações em orientação, inspeção e administração escolar, sendo essas fundamentada nos pressupostos tecnicista, ou seja, voltados para a racionalidade e produtividade do sistema, apoiada na neutralidade científica.

Em 1971 a supervisão educacional passa a ser uma profissão institucionalizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/71. Nessa função aparece como sendo especialista da educação, com o objetivo de ser o controlador do processo de produção educacional, através do treinamento do

professor, discutindo e difundindo os fundamentos do processo de trabalho, buscando o aumento da produtividade e a melhoria do trabalho do professor.

Nos anos 80 com a luta dos professores e da classe operária pela reconquista do direito de participação na política educacional e a reforma da rede pública de educação. Neste período aconteceu a 1ª Conferência Brasileira de Educação que foi um espaço para a discussão da concepção crítica de educação, fazendo a pedagogia crítica ganhar espaço no contexto educacional brasileiro. O fazer pedagógico não estava centrado no professor ou no aluno, mas na questão central da formação do homem, voltada para o ser humano e sua realização social. A realidade social é múltipla e diversa e a educação deve atender a essas diferenças.

A atualidade é marcada pela hegemonia do neoliberalismo, o que vem acentuando e ampliando as formas de exclusão social e cultural. A globalização reflete no âmbito educacional no que se refere à organização do trabalho pedagógico, delegando uma série de atribuições às escolas, aos professores e alunos.

O papel da supervisão está focado para a formação do tecnólogo do ensino e no favorecimento e aprofundamento da perspectiva crítica, voltada para a formação do supervisor como agente social.

Educar exige nos dias atuais além do ensino de habilidades, conceitos e conteúdos, a socialização para a vida em sociedade. A educação passa a ser vista como promotora a acessão social.

Com a promulgação da lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei 9.394/96 – A formação para profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção supervisão e orientação educacional para a educação básica passa a ser feita nos cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação.

A mesma lei além de determinar o nível de formação dos profissionais e especialistas da educação, organiza o seu trabalho determinado à função docente, a organização das escolas e sua função diante da sociedade.

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) apesar de delegar autonomia as escolas e as obriga a terem seu projeto pedagógico apoiado nas diretrizes nacionais, núcleo comum, e uma parte diversificada que deve levar em consideração a comunidade entorno do ambiente escolar, fazendo-se necessário nas escolas um profissional que se responsabilize por motivar o grupo para que em constante reflexão construam e re-construam tal projeto.

Na maioria das escolas há este profissional, supracitado (o supervisor educacional, coordenador pedagógico ou pedagogo escolar), sua tarefa no espaço escolar é de ser o responsável pela ação pedagógica na escola, seja no auxílio ao docente ou na construção das propostas pedagógicas da escola, mas sua função mais relevante é a de estimulador da reflexão da prática escolar, fazendo os profissionais da escola pensarem constantemente na escola que têm, na que querem e o que estão fazendo para atingir ao ideal de escola que cada profissional tem e deseja para seu espaço de trabalho.

Hoje, com a nova organização escolar que contempla a educação visando à formação do cidadão de maneira interdisciplinar e a necessidade de preparar o aluno para ser produtor de conhecimento, criativo e competitivo, traz consigo a obrigação de um currículo organizado que não tenha somente os conteúdos alinhados, mas também se faz útil que a equipe administrativa e técnico-pedagógica, reflita o currículo real e oculto transmitido na escola.

Pois o currículo real que é aquele que realmente ensinamos nas salas de aula, ele é uma junção do currículo oficial com o que a escola deseja, o que se acredita ser importante para a vida adulta do educando, já o currículo oculto é aquele que passamos para o aluno nos atos e até no modo de ensinar na sala de aula, em síntese é tudo que é ensinado ao discente que não seja feito de maneira formal.

O profissional supervisor escolar é o responsável, não por fazer todo o trabalho sozinho e impor aos professores e a comunidade, mas seu atual papel é o de estimulador da reflexão e do trabalho em equipe, pensando sempre na educação que a instituição deseja alcançar a que tem e o que cada um faz para que se atinja os objetivos.

Refletido sobre a história da profissão, o supervisor deixa de ser o controlador do trabalho docente e passa a ser o auxiliar para a construção desse, o que significa dizer que o professor deixa de ser um executor de métodos e técnicas que se pensa necessários para atingir um ideal de aluno e passa a ser um ser pensante que junto com todos os profissionais da escola, pensa e analisa

a educação como algo que ele pode transformar e não somente aplicar e o supervisor que antes era visto como o carrasco que tinha a função de cobrar a produção pedagógica, se torna auxiliador do processo de educar, estimulando a reflexão e o trabalho reflexivo.

Pensando no atual trabalho do supervisor, temos que analisar que o seu trabalho não se faz somente no pedagógico, pois a escola ainda é feita de documentos que são indispensáveis para a sua organização, para tanto o papel do supervisor precisa ser o de controlador, pois ele é quem vai controlar o preenchimento dos diários e dos relatórios que atualmente se faz necessário para que haja o acompanhamento do aluno em sua passagem pelos bancos escolares.

Documentos que podem disser muito para outro professor que vai acompanhar o aluno no ano seguinte, pois o mesmo terá a oportunidade de saber o que o aluno já conhece e a partir disso poder elaborar estratégias para atender as necessidades do aluno que ainda não foram supridas.

O maior problema é o possível rotulo que tal documento pode causar ao aluno, por isso é importante que o mesmo seja feito de maneira clara, mas que se evite o uso de alguns termos, para isso o supervisor, que é um dos responsáveis pelo aluno, pode auxiliar o professor, refletindo a melhor maneira de organizar e redigir os textos que futuramente serão oficiais, pois o relatório em alguns municípios já faz parte do histórico do aluno.

Segundo José Carlos Libâneo o coordenador pedagógico é o responsável pela integração, viabilização e articulação do trabalho pedagógico-didático com

ligação direta ao professor, visando a qualidade de ensino. Sua principal função é a assistência pedagógico-didática aos docentes para atingir aos objetivos de ensino considerados ideais pelo corpo escolar.

Libâneo ainda faz uma lista sobre as atribuições da coordenação pedagógica, nela estão incluídas: responder por todas as atividades pedagógica, didáticas e curriculares; supervisionar a elaboração do diagnóstico e projeto para a elaboração do projeto-curricular e de outros planos; propor a discussão do projeto, orientar a organização curricular e o desenvolvimento do currículo, incluindo ajuda aos professores na preparação dos planos de ensino, nas avaliações e na escolhas de livros didáticos; coordenar as reuniões pedagógicas; organizar as turmas, designar professores, elaborar o horário escolar, planejar e coordenar os conselhos de classe; acompanhar a avaliação da aprendizagem e etc.

Este autor ainda trata das funções do coordenador que incluem o planejar, o coordenar, o gerir e acompanhar e avaliar todas as atividades pedagógico-didática e curricular da escola e da sala de aula, sempre tendo como horizonte a melhoria da qualidade cognitiva e operativa das aprendizagens dos alunos e ainda ressalta que as atribuições específicas ao cargo são: coordenar e gerir a elaboração de estudos, diagnósticos e discussões para elaboração do projeto; garanti a unidade da ação pedagógica escolar; prestar assistência aos professores; propor e coordenar atividades de formação continuada e promover o desenvolvimento profissional do corpo docente; formular e acompanhar o percurso e a avaliação da aprendizagem do aluno e etc.

Pensando em todos os aspectos explicitados acima, a função de supervisor escolar /coordenador pedagógico aparece como um cargo de extrema importância para a escola e para tal cargo há a necessidade de pessoas preparadas para assumir tal. Contudo não é o que acontece em algumas prefeituras, no estado do Rio de Janeiro, que o cargo é de indicação da direção e não se faz necessário à formação específica ou até mesmo uma formação em nível de graduação, pois se acredita que como o profissional atuará ao lado da direção o mesmo deve ter os mesmos ideais.

Já em outras prefeituras tal função é exercida por profissionais formados, com formação específica sem que o cargo seja algo político e sim um cargo assumido por alguém capacitado para atuar e dar conta de todas as funções inerentes ao cargo. Pois não se pode, na iniciativa privada, ser supervisor escolar com apenas o nível médio e a formação docente feita neste nível, nela é obrigatório à formação e a competência do profissional para gerir e administrar o corpo docente, se tal profissional não estiver preparado, todo o trabalho escolar pode não ser eficaz na busca da qualidade de ensino.

Nas escolas que existem a função, supervisor escolar, existe ela é exercida sempre na busca da qualidade de ensino e na melhoria desse, os ocupantes do cargo estão constantemente em busca do ideal de ensino que consideram adequados os alunos de sua escola. Já em algumas instancias educacionais do Estado do Rio de Janeiro, além de não existir o cargo o mesmo tem que ser exercido pela equipe diretora da escola.

Mas o que acontece nestes estabelecimentos de ensino é um descuido com tais tarefas, pois um diretor não consegue dar conta de todos os aspectos administrativos e pedagógicos ao mesmo tempo, há a necessidade de um apoio, um auxílio, para administrar todos os aspectos inerentes da escola.

O que é notório nas escolas que não há um responsável pelo pedagógico é o total abandono do docente em sala de aula, pois o mesmo não tem a quem recorrer quando precisar resolver problemas pedagógico-didáticos e curriculares, por que o diretor escolar pode estar voltado para o administrativo não podendo dar atenção ao pedagógico, pois administrar uma escola onde a burocracia está instaurada é algo que exige tempo e atenção, fazendo com que o gestor não tenha tempo para exercer sua função pedagógica.

Faltando tal função a escola pode não ter planos para a melhoria do ensino e se tiverem esses pode permanecer como planos e nunca chegarem a serem efetivados, pois não há tempo e nem um coordenador para organizar, gerir e auxiliar os profissionais a porem em prática os objetivos de ensinios desejados pelo corpo escolar e expresso em suas propostas, projetos e planos.

Analisando as perdas que tais sistemas de ensino possuem por não terem um profissional qualificado e/ou específico, pois o profissional não tem onde se amparar para refletir sobre sua prática, sobre seus anseios e seus desejos de atingirem objetivos para chegarem à qualidade de ensino que anseiam que seus alunos tenham, podemos citar a falta de motivação dos profissionais e descaso com a aprendizagem dos alunos ou ainda a falta de soluções para problemas que

poderiam ser resolvidos com a troca em grupo ou até mesmo com uma conversa com um responsável pelo pedagógico da escola.

As perdas são notórias com os professores sem motivação o ensino se torna repetitivo, é fácil aproveitar o planejamento de um ano para o outro, o professor vira apenas um reprodutor de seus atos, não refletindo sua prática nem se aquele ensino é o mais adequado para os alunos que estão com desejo de aprender.

Refletindo sobre a qualidade de ensino nestas instituições, há a necessidade de repensar se a educação que o estabelecimento oferece realmente é eficaz e se está fazendo a diferença na formação do aluno cidadão, capaz de pensar, ser crítico e adequar ao atual mercado de trabalho, ou seja, ser competitivo.

A atual sociedade exige muito mais do cidadão, se antes o que importava era a capacidade de decorar e de se adaptar ao mercado de trabalho sendo submisso ao sistema imposto, agora há a necessidade de se ser flexível, capaz de criar e de recriar, não ser mais um, mas sim ser alguém que tem vontades e habilidades, mas que tem que se adaptar, mas, não se conformar com o mercado de trabalho.

Acrescentado a tudo isso se faz necessário que o indivíduo supere todos os obstáculos, para tudo isso se faz necessário um sistema de ensino de qualidade que reflita sobre todos esses aspectos e busque para a aprendizagem de seus alunos todos os aspectos necessário para que ele se torne cidadão capaz de lidar

com a sociedade em que está inserido, sendo um profissional capaz de criar e recriar em sua profissão.

Fazendo a análise do profissional da supervisão escolar e de sua importância para a organização escolar, faz-se necessário à reflexão de seu trabalho e a explicitação de todas as suas tarefas. Para tanto há a necessidade de um capítulo para refletir sobre o trabalho pedagógico-didático e curricular do profissional supracitado.

CAPITULO 2 – O TRABALHO DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO

Compreendendo que a administração escolar é composta por um conjunto de atividades que envolvem desde a parte de gestão e organização escolar até a organização pedagógica da escola, por isso, o supervisor escolar está inserido na administração da escola e dentro dela sua função é a de organizar o pedagógico, e dentro do pedagógico, suas funções incluem a organização do projeto pedagógico, o planejamento, o currículo, avaliação e o apoio pedagógico ao profissional que está inserido em sala de aula.

2.1– O projeto pedagógico:

O projeto pedagógico é regulamentado pela LDBEN, onde afirma que cabe aos estabelecimentos de ensino a definição de sua proposta pedagógica e aprovar em seu âmbito interno. O projeto é um guia para a ação, dando uma direção para o trabalho pedagógico escolar.

Tal projeto deve levar em conta além dos parâmetros pedagógicos, o social em que a escola está inserida, a cultura pertencente aos alunos e professores e metas que se deseja alcançar com o ensino da instituição. Ele traz em si uma forma da escola compreender o seu papel na sociedade.

Pensar o papel político e pedagógico que a escola cumpre no interior de uma sociedade historicamente situada, dividida em classes sociais, dentro de um modo de produção capitalista faz reconhecer a educação como um ato político, que possui uma intencionalidade e, contraditoriamente, vem contribuindo, ou para

reforçar o modelo de sociedade, sua ideologia, a cultura e os saberes que são considerados relevantes para os grupos que possuem maior poder, ou para desvelar a própria forma como a escola se articula com a sociedade e seu projeto político, constituindo-se num espaço emancipatório, de construção de uma contra-ideologia, onde a cultura e os saberes dos grupos sociais que historicamente tem sua história negada, silenciada, distorcida, esteja em diálogo permanente com os saberes historicamente acumulados e sistematizado na história da humanidade.

O projeto pedagógico não é um plano diretor, como se pensa, ele é algo muito maior e o plano diretor é apenas uma parte como conjunto de metas e objetivos a ser alcançado, ele se constitui de um processo permanente de discussão e reflexão dos problemas, das propostas, da organização e da intenção da escola perante a educação.

Sua composição deve ser feita de maneira participativa, pois todos os segmentos da escola devem participar da construção desse projeto. Afinal ele tem que contemplar todos, pois este projeto ele tem a função de reger a escola, nas suas prioridades e necessidades, mas também tem que levar em conta as necessidades e os anseios da comunidade escolar, ou seja, ela interna (professores, funcionários e alunos) ou externa (pais).

A denominação de projeto político pedagógico, que é utilizado em alguns lugares para definir o projeto da escola, surge, com esse nome, por que ele além de pensar na formação do cidadão para um tipo de sociedade ele também tem a

intencionalidade de formar cidadãos críticos, criativos, participativos e responsáveis pela sociedade em que estão inseridos, por isso que ele é político e pedagógico, pois pensa no indivíduo e sua formação para atuar como membro social.

A escola que consegue elaborar e executar seu projeto, em um modo de trabalho cooperativo, mostra a maturidade de sua equipe, com bom nível de desenvolvimento profissional de seus professores, de capacidade de liderança da direção e da equipe pedagógica e de envolvimento da comunidade escolar.

2.2– O planejamento:

O planejamento ele pode ser definido como o processo de sistematização das ações educacionais, tal plano deve ser pautado nas propostas e metas do projeto político pedagógico, pois com a organização das metas e etapas a serem cumpridas para a efetivação dos objetivos propostos pela escola.

Segundo José Carlos Libâneo o planejamento escolar é uma atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação e que esse processo antecipa a prática de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados (2004).

Existem três tipos de planejamento: o plano de escola, o de ensino e o de aula, o primeiro traz as orientações gerais dos objetivos da escola o segundo traz

as metas, os conteúdos e as estratégias metodológicas a serem adotadas durante o ano letivo, já o terceiro é a previsão dos assuntos abordados em uma ou em um conjunto de aulas.

O planejamento requer pesquisa constante, criatividade, estabelecer limites, prioridades e estratégias, estar aberto a acolher o novo, a realidade entorno ao espaço escolar, ser flexível para fazer possíveis revisões caso for necessário.

Para que um planejamento seja bem elaborado é necessário além da reflexão do currículo vigente vendo sua necessidade para o grupo escolar, sua validade e sua importância, uma constante adaptação do mesmo as condições de trabalho e a realidade do entorno escolar.

O planejamento se realiza em planos e projetos sejam eles da escola e do currículo ou ainda do ensino. Um plano é a representação de uma idéia, um objetivo ou uma meta. A ação de planejar está subordinada à necessidade de orientar a prática. Para Libâneo sem planejamento, a gestão corre ao sabor das circunstâncias, as ações são improvisadas e os resultados não são avaliados (2004).

2.3– O currículo:

O currículo é a forma de organizar os conteúdos e os objetivos de ensino, é dentro dele que aparecem os valores que a escola possui em seu ensino. Uma escola organiza seu currículo de acordo com seus objetivos que além de

privilegiar os conteúdos da base nacional deve dar a devida atenção à cultura do entorno ao qual está inserida a unidade escolar.

Os estudos sobre o currículo destacam a existência de vários níveis do mesmo: formal, real e oculto. A diferença entre estes níveis serve para mostrar que o que os alunos aprendem ou não na escola dependem de diversos fatores e não somente das disciplinas previstas na grade curricular.

Todos estes níveis de currículo influem no que o aluno aprende ou não e cada um deve ser analisado para que influam de maneira positiva na formação do educando. O currículo formal é aquele que é estabelecido pelo sistema de ensino, esse é o currículo legal, oficial ou formal. Nele encontramos as diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos das disciplinas. O currículo real é o que de fato acontece nas salas de aulas, é a efetivação do que foi planejado, mesmo que durante o percurso tenha que haver mudanças ou adequações, esse é o da prática docente. Já o currículo oculto é o que se refere às influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores provenientes da experiência, da cultura, dos valores e significados trazidos pelas pessoas do seu meio social e vivenciados na própria escola, ou seja, da sua prática dentro e fora da sala de aula. Ele é oculto, pois apesar de não está previsto nos planejamentos ele constitui um importante elemento da aprendizagem.

Todos estes currículos aparecem na prática escolar cruzando-se entre si, por isso a construção e a elaboração de uma proposta curricular implica em compreender que o currículo é muito mais que uma lista de conteúdos escolares

descritos e organizados em disciplinas. Ele é o conjunto dos vários tipos de aprendizagem, desde aquelas que são exigidas da escolarização até aquelas relacionadas com o comportamento, valores e etc.

As concepções curriculares são importantes para entendermos as tendências curriculares durante o século XX segundo Libâneo são elas: o currículo tradicional, o racional-tecnológico, o escolanovista ou progressista, o construtivista, o sociocrítico ou histórico-social, o integrado ou globalizado e o currículo como produção social.

A primeira concepção de currículo, a tradicional é a mais utilizada nela está inserida a idéia das disciplinas compartimentalizadas, o caráter livresco e verbalista, onde o ensino é apenas uma transmissão de conhecimentos e todo o processo está centrado no professor e no conteúdo a ser ensinado. O aluno tem o papel de armazenador do conhecimento por isso a avaliação somativa tem tanta importância nesse processo, pois ela contabiliza o quando o aluno foi capaz de reter e no momento apropriado expor o que “aprendeu”.

A segunda concepção é o currículo tecnicista ou racional-tecnológico que tem sua organização curricular voltada para uma educação racional elaborada por especialista que a partir de critérios científicos e técnicos visando o desenvolvimento de habilidades e destrezas para formar o técnico. Nessa concepção a escola não tem que refletir sobre o que ensinar, ela cuida apenas do como. Atualmente uma variação desta concepção curricular é o currículo por

competência baseados em objetivos baseados em habilidades e destrezas a serem desenvolvidos pelos alunos durante o processo de ensino.

A concepção progressista ou escolanovista tem o seu enfoque no aluno, ou seja, o currículo está todo centrado no educando tentando ligar a escola com a vida, auxiliando o aluno a adaptar-se ao meio em que vive. O professor nesse processo é um facilitador da aprendizagem e a ênfase se encontra na necessidade e nos interesses do aluno além de nas atividades respeitar o ritmo de cada um.

A visão construtivista tem o discente como ser ativo no processo de aprendizagem. O currículo deve conter atividades que correspondam ao desenvolvimento intelectual dos alunos e organizar situações onde o educando possa ser estimulado em sua capacidade cognitiva e social. O papel do professor é de organizador e facilitador da aprendizagem visando à interação do sujeito com o objeto do conhecimento.

Na abordagem sociocrítica possui diversas correntes, algumas divergentes entre si, umas tem o seu foco nas questões política do processo, outras enfocam a relação pedagógica como mediação da formação política. Mas todas as abordagens histórico-sociais têm como ênfase a concepção de ensino como compreensão da aprendizagem para transformá-la, eliminando as mazelas sociais e construindo novas relações sociais. A idéia da aprendizagem como construção do sujeito, da compreensão dos problemas e a possibilidade de solução dos mesmos através do conhecimento está sempre presente.

A corrente do currículo globalizado ou integrado defende a interdisciplinaridade, buscando a integração entre os conhecimentos e a compreensão crítica e reflexiva, através da experiência, da realidade. Na prática adota-se um currículo voltado para a experiência através de projetos.

A sociologia crítica da educação questiona como são construídos os saberes escolares, o que é levado em consideração na organização escolar, para os autores que pensam o currículo como produção cultural, vêem na organização curricular um terreno de lutas e contestações que serão capazes de construir novas culturas. Essa linha teórica critica o papel da escola como reprodutora social e sustenta a idéia da ação do sujeito como elemento de grande importância para a construção do conhecimento.

2.4 – A avaliação:

Avaliação, no âmbito escolar, até recentemente só era feita na sala de aula, com objetivo de aferir a aprendizagem dos alunos, contudo atualmente ela também é utilizada para avaliar a qualidade do ensino em uma escola ou uma rede de escolas, essa última leva em consideração além da nota do aluno em um teste padrão outros fatores escolares que influenciam o rendimento da escola, ou seja, evasão, formação de professores e/ou materiais de apoio pedagógico disponíveis.

A avaliação é composta de coleta de dados, análise dos dados e uma apreciação valorativa com base em critérios previamente estabelecidos. Todas

estas etapas ocorrem durante um processo avaliativo e estão presentes na maioria das atividades sociais do ser humano.

A importância da avaliação está justamente no fato dela fazer uma coleta de dados e analisá-la, prestando informações para auxiliar na melhoria seja da aprendizagem do aluno, seja da qualidade de ensino que as escolas e a sociedade tanto buscam atualmente.

Ou seja, a avaliação ela, nos dias atuais, é vista como uma ferramenta para a busca da qualidade e do rendimento escolar, mas anteriormente sua função primordial era a aferição do que o aluno foi capaz de reter, ou memorizar, durante um período que podia variar entre uma semana até um bimestre, nesse caso avaliar tem o objetivo apenas de classificar o aluno entre aqueles que “sabem mais” e os que “sabem menos” ou “sabem nada” rotulando o aluno, sua função não era a de se um instrumento para auxiliar o aluno na construção do conhecimento, aliás, o conhecimento já vinham prontos e o aluno era o passivo que recebia a informação e as armazenava.

Hoje com a idéia de que o aluno não deve ser passivo diante do conhecimento, e sim deve ser um dos participantes no processo de aprendizagem ao qual pertence e como ser ativo passa a construir seu conhecimento seja através do professor, de seus pais, da televisão e outras mídias as quais tem acesso e que fazem parte da sua vida, tornado a aprendizagem algo que ultrapassa os muros escolares.

Para saber o que o aluno ainda precisa para ter determinados conhecimentos construídos ou em construção se faz necessário à avaliação, que agora não tem como objetivo somente a quantificação do conhecimento, mas a observação de tudo que o aluno aprendeu e o que precisa ser reforçado e ainda o que ainda precisa aprender durante sua passagem por determinado ano letivo.

Já para as instituições de ensino a avaliação global de seu desempenho tem por objetivo demonstrar os pontos que ainda precisam ser melhorados para que elas prestem um ensino de referencia ou de qualidade para seu publico, ou seja, os alunos.

Ainda segundo Libâneo, quando trata da avaliação dos sistemas de ensino público que estão inseridos na lógica do neoliberalismo, diz que:

A aferição dos resultados do rendimento escolar possibilita informações relativamente precisas e confiáveis sobre a realização dos programas e projetos no campo, de modo a contribuir na tomadas de decisões dos governos. Em outras palavras, num quadro de poucos recursos financeiros, principalmente nos países menos desenvolvidos, aumenta a necessidade de verificar se os resultados desejados pelo sistema de ensino estão compensando o volume de investimentos aplicados. (2004)

Neste trecho Libâneo fala da necessidade da avaliação dos sistemas de ensino público, para haver o planejamento dos investimentos que serão feitos na área da educação. Mas esse tipo de avaliação serve também para que as escolas analisando seus dados possam determinar suas necessidades e refletir sobre as

ações que deveram ser realizadas para sanar os déficits que surjam nas avaliações realizadas em nível nacional.

Refletindo sobre a avaliação, o papel do supervisor é o de manter a escola dentro de um nível de qualidade que deve ser o melhor dentro da realidade proporcionada pelo sistema de ensino, afinal a escola é avaliada e os alunos também, sendo necessário que ambos apresentem bons níveis, seja na hora de pensar na qualidade propiciada ao aluno, seja quando o aluno vai expor o que aprendeu.

Pensando nisso o coordenador se tornar à pessoa responsável pela avaliação dos dados da avaliação, ou seja, ele é o responsável por observar, analisar e refletir o que deve ser feito para que haja uma melhoria do ensino, pois o mesmo sempre está em transformação, e o que pode ser feito para auxiliar aquele aluno que ainda não atingiu a qualidade desejada para ele. Por isso a avaliação é algo que deve fazer parte do processo educativo, pois é através dela que podemos analisar se o projeto escolar é eficaz e aparar as arestas necessárias para alcançar a qualidade de ensino desejada por todos os autores da educação (educadores e educandos).

2.5 - Apoio pedagógico:

O coordenador pedagógico ou supervisor educacional tem como uma das diversas funções o apoio técnico ao docente, sendo muita das vezes a pessoa responsável pela formação do professor, pois os mesmos chegam de sua formação inicial, muita das vezes, sem a prática de sala de aula e se vêem em

turmas lotadas e complicadas, tendo o supervisor um papel de suma importância no apoio ao professor, seja dando apoio teórico seja ajudando na prática.

Mas o profissional da supervisão também é responsável pela formação permanente dos profissionais que estão inseridos na sua unidade escolar, permitindo que os mesmos tenham contado com novas literaturas e temas que estão presentes no cotidiano de sala de aula, sempre com objetivo de aprimorar os conhecimentos para que isso se reflita na aprendizagem dos alunos.

Outra tarefa é à disposição de materiais e recursos para que professores e alunos possam usufruir de um ensino rico e propicio a aprendizagem. Pensar nesses é pensar no material concreto para o ensino e é pensar em ensinar o professor a tirar desses materiais o máximo o possível, ou seja, é disponibilizar para o ensino o material e as maneira para utilizá-lo é ver todas as possibilidades que se pode propiciar ao aluno para uma aprendizagem eficaz e eficiente.

Hoje o que podemos observar na maioria das escolas é um supervisor que muita das vezes não está preparada para lidar com todas essas situações, e quando o está não percebe que o seu grupo não está disposto a ter acesso as informações propostas pelo mesmo. Pois nem sempre o momento da informação é o momento em que se vive o problema, não adianta dar a o conhecimento após o ocorrido, e nem sempre quando é dado antes ele tem a mesma importância.

Para dar conta das necessidades no momento em que acontecem é preciso que o supervisor se dedique exclusivamente para dar conta de tanto problemas, mas na maioria das escolas se quer tem uma pessoa responsável e essa função

cabe ao diretor, só que ele também é responsável pelo administrativo da escola e nem sempre tem tempo para o pedagógico. Em outras escolas o coordenador acumula a função de supervisor e de orientador educacional, o que faz com que ele execute as duas funções tendo que se desdobrar para conseguir dar conta.

Já as escolas em que o supervisor exerce a função, exclusivamente, a atuação do profissional junto aos professores é evidente e de extrema importância para melhoria do trabalho pedagógico e sócio-afetivo da escola.

Ao mesmo tempo temos os profissionais que por mais que se esforcem para executar a atividade não possuem o perfil que é necessário para executar a função, pois o supervisor tem que ser um líder capaz de tomar decisões importantes para o ensino, refletir as necessidades e prioridades e decidir como o ensino será ministrado na escola.

Para tanto se faz necessário um profissional formado e bem informado, para executar a função de maneira bem estruturada, consciente do trabalho que está executando e capaz de gerir e administrar o todo pedagógico que está presente na prática escolar, que tem grande importância para uma educação de qualidade e eficaz que são os objetivos de qualquer pessoa que está inserido no ambiente escolar.

Conclusão:

Pensar no supervisor escolar ainda requer muita reflexão sobre o seu trabalho, pois ele ainda encontra-se ligado ao controle exercido pelos profissionais nos anos 80, hoje em alguns locais nada mudou, contudo a profissão tomou um novo formato, nos dias atuais sua função vai além do controle.

Seu trabalho passou a ser necessário para uma boa organização escolar, pois, atualmente a escola precisa ter um bom projeto feito pelos profissionais que ali trabalham e organizado pelo supervisor.

Sua função cada vez se torna necessário, afinal seu trabalho inclui a organização do trabalho pedagógico, que cada vez é mais presente no espaço escolar, afinal ele é o responsável pelo projeto da escola, ou seja, por quais concepções a escola segue e em que acredita para a formação do cidadão.

O papel da escola hoje é formar pessoas fortalecidas por seu conhecimento, orgulhosas de seu saber, autocríticas, solidárias com o mundo exterior e capacitadas tecnicamente para enfrentar o mundo do trabalho e da realização profissional. Nesse contexto o papel do supervisor escolar é imprescindível para uma boa formação.

A escola que não possui o supervisor escolar tem no diretor sua substituição, porém o diretor para gerir e organizar a escola ao mesmo tempo ele

necessita de um tempo maior e uma dedicação maior para poder conciliar trabalhos diversos tão necessários para um bom funcionamento do trabalho escolar.

Contudo o que se pode observar é que nas escolas em que não há o cargo de supervisor ou coordenador, essa organização do trabalho docente acaba ficando a cargo de cada professor que executa o que acha melhor para suas turmas, fazendo com que a escola não tenha um projeto pedagógico, pois cada um do corpo docente tem seu projeto e seus objetivos de ensino, para essa escola faz-se necessário um profissional que organize todos esse objetivos formando um projeto da escola.

Porém não é possível que o diretor deixe suas funções administrativas e pedagógicas, para dedicar-se a organização pedagógica, pois a dinâmica escolar do diretor é longa e demanda todo o tempo disponível, afinal é ela que resolve desde os problemas financeiros até os problemas de horário escolar, é ele quem administra a escola, pensar que além de administrar a escola, com seu espaço físico, seus alunos e funcionários, ter que gerenciar o ensino, com seu projeto e planejamento sem nenhuma ajuda.

Pensar na escola sem um profissional habilitado para executar as tarefas de planejamento e organização do trabalho docente é não levar em consideração a importância do trabalho exercido do mesmo para a eficácia do trabalho pedagógico na formação do cidadão.

Seu trabalho envolve todos os aspectos pedagógicos, sendo assim, pensar na pedagogia utilizada para ensinar é pensar nas possibilidades do trabalho do supervisor escolar, que são diversas assim como as práticas pedagógicas, que envolve a reflexão de como ensinar, o que ensinar e como ajudar ao aluno a aprender.

Como já foi supracitado o trabalho do supervisor escolar é vital para um bom funcionamento pedagógico da escola, pois ele ajuda a transformar a teoria em prática a ser aplicada pelos docentes, fazendo com que o projeto da escola e os planejamentos sejam vivenciados e não fiquem somente no papel.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

Referencia Bibliográfica:

RANGEL, Mary (Org.). *Supervisão pedagógica: princípios e práticas*. 8ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 2001. Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico. 101p.

PEREIRA, Edlúcia Passos Carvalho; ELY, Vanessa Delving. *O supervisor na escola reflexiva: gestão-formação-ação!* **Linguagem, educação e sociedade**. Teresina, n. 13, p. 58-65, jul./dez. 2005.

GOMES, Candido Alberto. *A Escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola*. **Ensaio: avaliação e política pública educacional**, Rio de Janeiro, v.13, n.48, p. 281-306, jul./set. 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5ª edição. Goiânia, GO: Editora Alternativa, 2004.

BRASIL, Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 07 de julho de 2008.

BRASIL, projeto de lei n. 4.412, 09 de março de 2001, Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências, Brasília, disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2005/12/13122005/44246.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2008.